

**FR.2023.0628**  
**Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20 (CIF)**

Belo Horizonte/MG, 20 de março de 2023.

**Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)**

**A/C:** PRESIDENTE DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

SCEN TRECHO 2, EDIFÍCIO SEDE DO IBAMA, CAIXA POSTAL Nº 09566

BRASÍLIA/DF, CEP 70818-900

**C/C CÂMARA TÉCNICA DA SAÚDE (CT-SAÚDE)**

**A/C: SR. LUIZ FERNANDO PRADO DE MIRANDA** - COORDENADOR DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE Assessoria Estratégica - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Minas, 12º andar

Serra Verde - Belo Horizonte/MG, CEP: 31630-901

***REF.:** Manifestação aos itens 6.1 e 6.3 da Pauta da 67ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, referente ao descumprimento das Deliberações CIF nºs 645/2022 e 646/2022 e à apresentação das Notas Técnicas nº 72/2022/CT-Saúde e 75/2022/CT-Saúde.*

**FUNDAÇÃO RENOVA** ( ou "FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, manifestar-se acerca dos itens 6.1 e 6.3 da Pauta da 67ª Reunião Ordinária deste I. Comitê, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º<sup>1</sup>, do Termo de Ajustamento de Conduta – Governança ("TAC-Governança"), e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF")<sup>2</sup>, nos termos que se seguem.

<sup>1</sup> **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

<sup>2</sup> Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

DS  
*Jmz*

DS  
*PCDMV*

1. Os referidos itens de pauta consistem no descumprimento das Deliberações CIF nºs 645/2022 e 646/2022 e à apresentação das Notas Técnicas nº 72/2022/CT-Saúde e 75/2022/CT-Saúde, referente à aprovação com ressalvas dos Planos de Ação em Saúde ("PAS") dos Municípios de Raul Soares e Linhares, respectivamente.
2. Apenas a título de contextualização, as Deliberações CIF nºs 645/2022 e 646/2022 aprovaram, respectivamente, o Plano de Ação em Saúde ("PAS") dos municípios de Raul Soares e Linhares, determinando que a FUNDAÇÃO desse início ao cumprimento dos referidos planos no prazo de 60 (sessenta dias) – o que não foi feito pela FUNDAÇÃO em razão da evidente afronta aos dispositivos do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC"), conforme se passará a demonstrar.
3. Primeiramente, a FUNDAÇÃO **(i)** manifesta a sua discordância em relação ao fluxo de recebimento, avaliação e validação dos planos de ação em saúde, previsto na Nota Técnica nº 62/2022/CT-Saúde e aprovado por meio da Deliberação CIF nº 569/2022, bem como **(ii)** impugna formal e integralmente as Deliberações CIF nº 645/2022 e 646/2022, que aprovaram o PAS de Raul Soares e de Linhares.
4. A impugnação formal e integral das Deliberações CIF em referência está adstrita à discordância pela maneira como o processo de aprovação dos PAS está sendo conduzido e quanto ao conteúdo do que está sendo deliberado.
5. Inicialmente, cumpre observar que as Cláusulas 05 e 06 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC") estabelecem quais são as ações necessárias para o desenvolvimento, aprovação e implementação dos programas, vejamos:

**CLÁUSULA 05:** Para desenvolvimento, aprovação e implementação dos PROGRAMAS e PROJETOS deve ser observado, exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

II - A elaboração e a execução dos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão observar o padrão e normas das políticas públicas aplicáveis, além das demais disposições deste ACORDO

XIII - Os estudos a serem realizados pela FUNDAÇÃO, por meio dos EXPERTS a partir dos PROGRAMAS previstos no Acordo, orientarão a elaboração e a execução dos PROJETOS, cuja implementação terá o condão de reparar e/ou compensar os impactos, danos e perdas decorrentes do EVENTO.

**CLÁUSULA 06:** A elaboração e a execução, pela FUNDAÇÃO, dos PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão considerar,

DS  
*Jmz*

DS  
*PCDMV*

ainda, os seguintes princípios ("PRINCÍPIOS"), exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

I- A recuperação socioambiental e socioeconômica terá por objetivo remediar, mitigar e reparar, incluindo indenizar, os impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, advindos do EVENTO com base na SITUAÇÃO ANTERIOR.

11- Os PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS serão definidos conforme estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do EVENTO, observados os prazos do Acordo, a ser realizado por EXPERTS, de forma que todos os PROJETOS, atividades, ações e medidas estabelecidos pelos PROGRAMAS contenham fundamentação científica, quando cabível, e guardem relação de proporcionalidade e eficiência, bem como voltadas à remediação e/ou compensação de impactos ambientais e socioeconômicos materializados em decorrência do EVENTO.

6. Com efeito, em atenção ao que preveem as cláusulas em referência, os projetos, ações e medidas dos programas e projetos devem ser definidos **com base em estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do Rompimento**. Além disso, quando cabível, todas as atividades, ações e medidas estabelecidos pelos Programas **devem conter fundamentação científica, bem como atender aos princípios de proporcionalidade e eficiência**.

7. Especificamente no tocante ao Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada ("PG-14"), este é descrito como um dos programas socioeconômicos que devem ser executados pela Fundação, mais especificamente na Seção IV – Saúde, Subseção IV.1, Cláusulas 106 a 112 do TTAC.

8. A teor das referidas Cláusulas, **o PG-14 possui cunho reparatório**, tendo por objetivo central a reparação dos impactos à saúde da população que sejam **comprovadamente** decorrentes do rompimento da barragem de Fundão ("Rompimento"), tendo como referência o retorno à situação anterior ao evento. De acordo com o TTAC, os programas reparatórios **devem se ater aos impactos que tenham correlação estrita com o Rompimento e não a ações compensatórias que ultrapassem o escopo do Programa**.

9. Especificamente em relação às Cláusulas 111 e 112 do TTAC, caberá à FUNDAÇÃO desenvolver estudos epidemiológicos e toxicológicos para identificar o perfil de saúde da população de forma a avaliar riscos e correlações com o Rompimento.

DS  
*gmz*

DS  
*PCDMV*

10. Ainda, de acordo, com a Deliberação nº 106 que aprova as bases mínimas para os estudos, o estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), será o primeiro a ser realizado e servirá de base para os demais estudos, os quais englobarão: estudo de saúde mental, estudo de saúde do trabalhador, estudo toxicológico, estudo epidemiológico descritivo analítico e estudo de seguimento populacional.

11. Portanto, os PAS dos Municípios **devem prever medidas de cunho reparatório, a partir da análise dos impactos suportados e devem ser aderentes às políticas públicas de saúde vigentes, pautados pelos princípios de proporcionalidade e eficiência** – o que não foi respeitado pelos PAS elaborados pelos Municípios de Raul Soares e Linhares.

12. A fragilidade do modo de elaboração e aprovação dos PAS de Raul Soares e de Linhares foi discutida pela FUNDAÇÃO por meio dos Pareceres encaminhados (**FR.2022.1822, FR.2020.0322, FR.2022.1674 e FR.2022.1911**). Nas oportunidades, a FUNDAÇÃO destacou que, o PAS de Raul Soares, *“os dados não permitem evidenciar o monitoramento da situação de saúde da população considerada atingida, sequer apresenta uma periodicidade que indique alteração no perfil epidemiológico retrospectivo, atual e prospectivo, que estabeleça correlação com o rompimento da Barragem de Fundão” (Doc. 001)*, e o PAS de Linhares, *“não apresenta fundamentação técnica que justifique atuação da Fundação” (Doc. 002)*.

13. Atualmente, inclusive, em razão da ausência de convergência entre FUNDAÇÃO e CIF a respeito da metodologia de elaboração dos estudos, a matéria se encontra sob o crivo da 4ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, no âmbito do incidente nº 1024354-89.2019.4.13.3800 (Eixo Prioritário nº 2), de modo que o Comitê, sequer, poderia estar determinando o cumprimento de PAS Municipais no momento atual.

14. Trazer o contexto acima é importante na medida em que o posicionamento da FUNDAÇÃO e do referido comitê são divergentes entre si e que a matéria se encontra judicializada, descabe a determinação de cumprimento de um PAS Municipal – **e, especialmente, a aplicação de multa** – até decisão de mérito da 4ª Vara Federal de Belo Horizonte nos autos do Eixo Prioritário nº 02.

DS  
*Jmz*

DS  
*PCDMV*

15. Reafirma-se, portanto, que, **a FUNDAÇÃO não pode ser penalizada pelo descumprimento dos PAS Raul Soares e Linhares**, porquanto estes **(i)** foram aprovados em desacordo com os ditames das Cláusulas do TTAC; **(ii)** não logram êxito em demonstrar os fundamentos para atuação da FUNDAÇÃO, porquanto não comprovados a correlação entre as medidas propostas e os danos identificados, isto é, em decorrência do Rompimento; e **(iii)** os estudos em saúde ainda não foram executados e são objeto de discussão nos autos do Eixo Prioritário nº 02, assim, de modo reflexo, a elaboração e cumprimento dos PAS também se inserem no objeto judicializado.

16. Com a devida vênia em relação ao entendimento exarado por esse Comitê, há de se reconhecer que, nos termos da Cláusula 242 do TTAC, o papel atribuído ao CIF é o de acompanhar, monitorar e fiscalizar os cumprimentos dos programas pactuados no TTAC, e não o de impor à FUNDAÇÃO o cumprimento de determinação que se encontra em dissonância expressa com os termos do instrumento.

17. Pelo exposto, requer que as minutas de deliberação propostas pela CT-Saúde sejam rejeitadas pelos membros do CIF.

18. Sendo o que se cumpria para o momento, a FUNDAÇÃO permanece à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**FUNDAÇÃO RENOVA**

DocuSigned by:  
*Paula Cambraia De Mendonça Vianna*  
51580782CB104FB...  
**PAULA CAMBRAIA DE MENDONÇA VIANNA**

PROGRAMA DE SAÚDE

DocuSigned by:  
*Juliana Moreira Zebal*  
A790BB31D1604B1...  
**JULIANA MOREIRA ZEBRAL**

GERÊNCIA JURÍDICA